

Análise socioespacial de uma favela em Florianópolis (SC): a comunidade Vila do Arvoredo

Socioespacial analysis of a favela in Florianópolis (SC): the Vila do Arvoredo community

Mário Freitas

Universidade do Minho – Braga – Portugal

Membro da Associação Brasileira de Redução de Risco de Desastres (ABRRD) e da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASUL)

Rubens Staloch

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Faculdade Senac Rio do Sul – SENAC – Rio do Sul – Santa Catarina - Brasil



Resumo: Florianópolis – a “Ilha da Magia” – carece de planejamento, nas suas diversas escalas espaciais, com especial destaque para as regiões com maior pressão imobiliária, como os balneários turísticos e de veraneio. Pensar em planejamento territorial é pensar nas dinâmicas socioespaciais passadas, presentes e futuras e que grandes objetivos elas devem ter. Considerando a organização do espaço como resultado de territorialidades formatadas espaço-temporalmente, com ativa intervenção humana, é preciso analisar o que Santos (1977) apresenta como Formação Sócio-Espacial (FSE). O presente trabalho, objetiva verificar o perfil socioespacial das famílias de uma favela, mais exatamente, uma comunidade instalada irregularmente, de forma muito precária, em uma Área de Preservação Permanente (APP), composta por dunas, no balneário de Ingleses, localizado no nordeste da parte insular de Florianópolis (SC). A coleta de dados foi concretizada através da aplicação de questionários e trabalho de campo (visitas ao local). Posteriormente, os dados foram tratados pelo processo da estatística descritiva. Como resultados relevantes pode-se destacar: i) contradição entre expectativa por trabalho e melhoria da qualidade de vida e a condição atual de carência vivida pelas famílias; ii) a existência de alto nível de desemprego; iii) a frequência de baixa escolaridade e iv) o processo de ocupação e expansão recente na Comunidade.

Palavras-chave: Favela. Florianópolis (SC). Formação Sócio-Espacial. Comunidade Vila do Arvoredo.

Abstract: Florianópolis - the "Island of Magic" - lacks planning, in its various spatial scales, with special emphasis on regions with greater real estate pressure, such as tourist resorts and summer resorts. To think about territorial planning is to think about the past socio-spatial dynamics, present and future, and what big goals they should have. Considering the organization of space as a result of spatio-temporally formatted territorialities, with active human intervention, it is necessary to analyze what Santos (1977) presents as Socio-Spatial Formation (ESF). The objective of this study was to verify the social and spatial profile of the families of a favela, more precisely, a community that was irregularly installed in a very precarious form in a Permanent Preservation Area (APP), composed of dunes, in the seaside resort of Ingleses, located in the northeast Of the insular part of Florianópolis (SC). The data collection was accomplished through the application of questionnaires and fieldwork (site visits). Subsequently, the data were treated by the descriptive statistics process. Relevant results can be highlighted: i) contradiction between expectation for work and improvement of the quality of life and the current condition of need experienced by the families; ii) the existence of a high level of unemployment; (iii) the frequency of low schooling and (iv) the process of occupation and recent expansion in the Community.

Keywords: Shanty Town. Florianópolis (SC). Socio-Spatial Formation. Community Vila do Arvoredo.

1 Introdução

Este trabalho¹ tem como objetivo analisar a realidade socioespacial da Comunidade Vila do Arvoredo, anteriormente e, por vezes, ainda hoje conhecida como Favela² do Siri – localizada no balneário de Ingleses na porção nordeste da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis (SC). Ingleses era, até as décadas de 1970/80, um tradicional núcleo de pescadores e agricultores de origem açórico-madeirense (MAMIGONIAN, 1958), que desde então, fruto da expansão urbana, se vai transformando em balneário de veraneio, de turismo e de moradia permanente, principalmente, de classes médias que migram para Florianópolis (particularmente, se comparado com outros bairros/balneários, como, por exemplo, o de Jurerê Internacional, que é território das camadas de alta e altíssima renda).

Para analisar a constituição socioespacial da Comunidade Vila do Arvoredo faz-se necessário recorrer às categorias de espaço, territorialidades/território e formação socioespacial. As categorias “espaço” e “território” estão muito relacionadas, podendo afirmar-se que o espaço “é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (Saquet, 2007, p. 77) mas, contudo, não têm significado equivalente, podendo afirmar-se que “o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível” (RAFFESTIN, 2008, p. 26). Lefebvre (1991 [1974]), por seu turno, assinala que as relações sociais não podem ser resumidas ao espaço físico, mas ao

espaço da vida social onde ocorrem tais relações. Lefebvre (1991 [1974]) lembra, ainda, que a base do território é a natureza ou o espaço, a natureza transformada a partir do trabalho, da intervenção; a natureza não produz, ela cria e somente o homem é capaz de produzir através do trabalho.

Nestes termos, o modo de produção de cada sociedade no espaço constitui territórios (LEFEBVRE, 1991 [1974]) e “somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Tratando-se de uma produção a partir do trabalho e do cotidiano dos indivíduos no espaço, “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2008, p. 31) e os mecanismos para a produção dos territórios são: ator; trabalho; mediadores; materiais (RAFFESTIN, 2010). Assim, “modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes” (SANTOS, 1977, p. 86). As relações sociais não podem ser resumidas ao espaço físico devendo, antes, ser remetidas ao espaço da vida social, onde ocorrem tais relações Lefebvre (1991 [1974]).

Analisar os territórios no contexto histórico é, segundo Santos (1977), resgatar a sua formação sócio-espacial (F.S.E.). Para o autor, o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único (SANTOS, 1997 [1996]). Ainda, é preciso compreender que há outras categorias analíticas do espaço geográfico: “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”, além dos recortes espaciais “da região e do lugar, [...] das redes e das escalas” (SANTOS, 1997 [1996], p.22).

Cabe, ainda, destacar que o processo de análise de F.S.E. não cabe apenas a macro escala (escala nacional), mas também em escala regional, como aponta Armem Mamigonian (1958). Desta forma, quando se analisa a FSE “estamos sucessivamente realizando nossas análises de

¹ Este estudo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla empreendida no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Considerando o perfil sociopolítico a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da dotação coleta de lixo, iluminação pública e limpeza de ruas) e de equipamentos coletivos (educacionais, culturais, de saúde, de esporte e de lazer) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania quando comparado ao conjunto da cidade (SOUZA; SILVA, 2009).

maneira a vincular à história, a economia e a geografia, para interpretar uma dada realidade (BASTOS; CASARIL, 2016, p. 292). Santos (1977, p. 87) coloca que “[...] a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades ‘externas’, aquelas do modo de produção ‘puros’, quanto pelas necessidades ‘internas’ [...]”, manifestadas pela “[...] formação social propriamente dita”. Neste processo relacional entre sociedade, natureza, técnicas, fluxos, fixos, diversos são os debates hoje sobre as questões ambientais, sobretudo após a Conferência de Estocolmo (1972) e a publicação do Relatório *Brundtland* (1987) – “Nosso Futuro Comum” (BURSZTYN & BURSZTYN, 2010), o qual populariza o conceito de desenvolvimento sustentável³.

Em termos socioambientais, muitas dificuldades têm sido encontradas pelas instituições municipais e estaduais para a adoção de políticas públicas que diminuam e/ou resolvam os conflitos socioambientais, sobretudo no que diz respeito a falta de instrumentos e mecanismos de planejamento e gestão que auxiliem no processo de avaliação, monitoramento da realidade apresentada em cada área (ROSSETTO, et. Al., 2008). Nogueira & Pereira (1999) defendem que, no caso brasileiro, fica evidente que há um baixo grau de sofisticação técnica dos instrumentos usados⁴, muito porque ainda estamos em um estágio inicial da história sobre gestão do meio ambiente, o que nos Estados Unidos e na Europa já ocorria nos anos 1970.

A presente pesquisa se justifica por proporcionar uma contribuição ao debate acerca das favelas de Florianópolis [sobretudo, pela análise socioespacial], bem como subsidiar políticas públicas a partir de dados, sendo que estes são de interesse da Prefeitura, como apontou representante da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Florianópolis em entrevista realizada no dia 16 de setembro de

2016, quando foi relatado que “a Secretaria tem interesse em receber dados dessa análise” da Comunidade Vila do Arvoredo.

2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa que suporta este artigo tem natureza qualitativa, descritiva e exploratória e se constitui como um estudo de caso, no sentido que Flick (2013, p. 75) lhe atribui: “o objetivo dos estudos de casos é a descrição ou reconstrução precisa dos casos” e “você pode usar pessoas, comunidades sociais (...), organizações e instituições (...) como o tema de uma análise de caso”.

Do ponto de vista da coleta de dados, o estudo envolveu: a) análise documental; b) aplicação de questionários a habitantes da comunidade; c) entrevistas-chave. Os questionários foram aplicados de forma quase aleatória, ou seja, as pessoas com que nos fomos cruzando até um total de 30% da população. Para o estabelecimento desta meta de amostragem, tomaram-se, por base, os dados da pesquisa documental – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (2014) – que aponta para a existência de 198 famílias em 2014. Considerando este número, foram aplicados questionários⁵ em 30% do total das famílias, permitindo fazer algumas generalizações sobre a população sem necessidade de analisar cada um dos elementos (BARBETTA, 2012). Ainda, realizou-se uma entrevista com um responsável da Secretaria de Habitação do município de Florianópolis com o intuito de verificar quais ações estão sendo tomadas diante da questão ambiental, social e econômica na Comunidade Vila do Arvoredo.

Após a coleta dos dados em campo, efetuou-se o seu tratamento com tabulação em planilhas em *Excel* e aplicação de alguns procedimentos de estatística descritiva. Os resultados foram analisados em comparação com dados já disponíveis em outras pesquisas, agregando novos olhares sobre a análise socioespacial, assim como realizado por Pimenta e

³ De acordo com o Relatório *Brundtland*, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

⁴ Instrumentos de Persuasão (IP); Instrumentos de Comando e Controle (CC) e Instrumentos Econômicos (IE) (NOGUEIRA e PEREIRA, 1999).

⁵ Os questionários foram aplicados no dia 15 de outubro de 2016. Para a elaboração dos questionários utilizou-se o Programa *Sphinx Survey*.

Pimenta (2004) no Morro do Maciço, também em Florianópolis (SC).

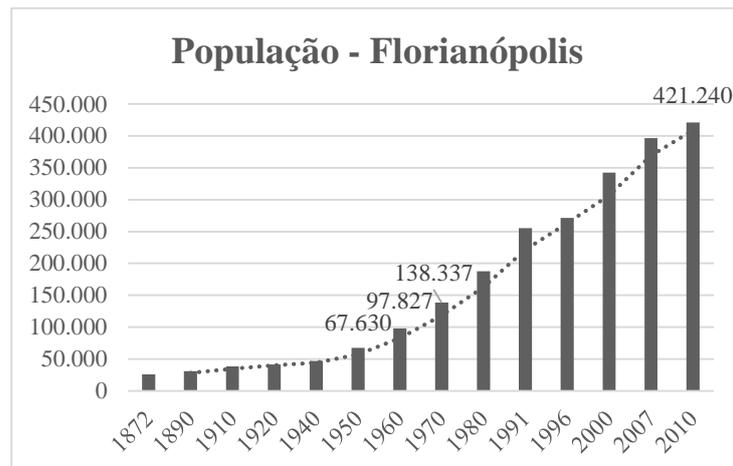
3 Análise socioespacial da comunidade Vila do Arvoredo

3.1 Breve contextualização

Como resultado do planejamento em âmbito federal e estadual das décadas de 1950/60 são instaladas, em Florianópolis, diversas instituições públicas, como por exemplo, o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) entre outras, que estimulam a economia ligada, principalmente, aos serviços, e o crescimento populacional da capital catarinense. Tal expansão se consolida nos anos 1970, com a conclusão da BR 101 (1971), a construção da segunda ponte, ligando a ilha ao continente (1975) e a melhoria das rodovias estaduais facilitando o acesso às praias. Com efeitos, muitas vezes, contraditórios as pequenas comunidades pesqueiras transformam-se em balneários de veraneio e turismo, o que é acompanhado, a partir dos anos 1980, da disseminação da cultura urbana do lazer, principalmente nas praias do norte da ilha de Santa Catarina. (BASTOS, 2000; SANTOS e PEREIRA, 2009).

Os dados populacionais de Florianópolis registram que a taxa média de crescimento demográfico a partir dos anos de 1950 passou a ser superior à média dos períodos anteriores, conforme o Gráfico 1 evidencia.

Gráfico 1: População de Florianópolis (1872 – 2010).



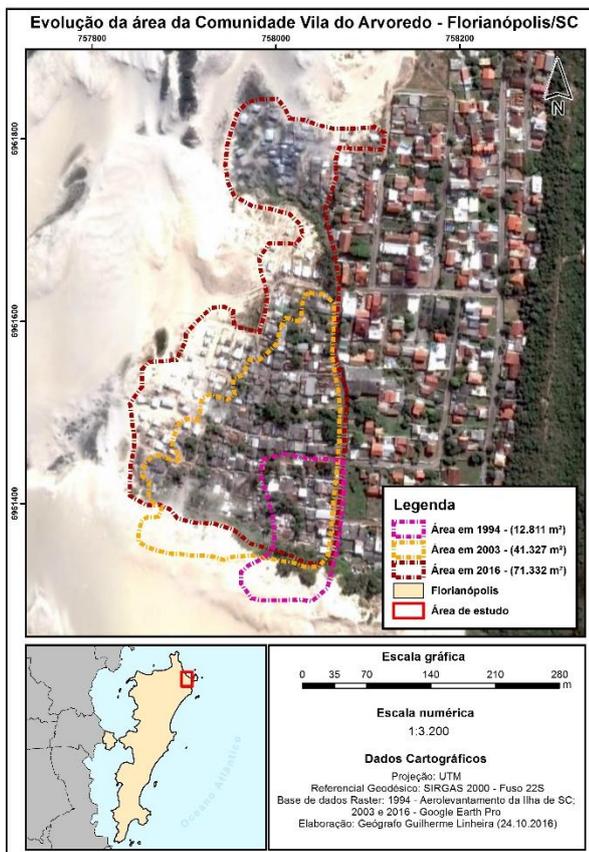
Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IPEADATA e IBGE.

Da mesma forma, o Produto Interno Bruto (PIB) de Florianópolis apresentou uma maior taxa de crescimento a partir dos anos 1960, superior a média até então apurada (IPEADATA e IBGE, 2010). Em Florianópolis como em outras cidades brasileiras, é preciso compreender que “a modernização econômica redesenhou a cidade, atingindo a paisagem natural” (GRANDO, 2011, p. 110-111), o que implica pensar no que Raffestin (1993) destaca: a importância de se considerar a natureza como elemento presente no território, enfatizando o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder, entendendo a territorialidade como multidimensional e inerente à vida em sociedade.

Diante deste contexto de crescimento, em termos de produção (PIB) e expansão demográfica, as cidades brasileiras, apresentaram problemas devido a dois fatores: “a desigualdade profundamente arraigada na sociedade brasileira e a incapacidade de prever, aceitar e planejar de forma antecipada o crescimento urbano maciço e inevitável” (Martine e McGranahan, 2010, p. 12), Da conjugação desses dois fatores resultou na expansão do surgimento de favelas, tanto em cidades de maior porte como São Paulo e Rio de Janeiro como em cidades de menor porte como Florianópolis. De acordo com o IPUF (2016) existem 64 favelas espalhadas por

Florianópolis, tanto na porção insular quanto continental do município.

Mapa 1: Evolução da área da Comunidade Vila do Arvoredo – Florianópolis (SC).



Da análise do mapa se pode concluir que, de 1994 a 2016, a área total ocupada pelas famílias apresenta uma expansão considerável. O processo migratório para Florianópolis, integrando migrantes vindos do meio rural. Grando (2011, p. 111-112) com base nos dados de Casagrande (2006), tem “a justificativa econômico-financeira é a grande motivação” (GRANDO, 2011, p. 112) para a migração rural-urbana. Quanto ao motivos para saída – daquelas famílias que viviam na Comunidade em 2004-2005⁶ – [processo migratório], em média de 25,4% das migrações rural-urbana para a região da Grande Florianópolis ocorreram devido a questões financeiras e condições de baixa renda nas áreas de origem. Ainda, 19,9% disseram que saíram das suas áreas de origem para buscar melhor remuneração e

12,8% alegaram ter migrado por falta de terra própria (Idem, 2011).

“As regiões do Planalto de Lages e Oeste Catarinense foram as que mais contribuíram no processo de migração rural-urbana para os municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José” (GRANDO, 2011, p. 112). Contudo, com base nos dados levantados por Grando (2011, p. 112) e Chesini (2012) verifica-se que para o município de Florianópolis 40,2% das migrações foram oriundas de outros Estados.

A população da Vila do Arvoredo formou-se “majoritariamente, por migrantes procedentes do próprio Estado, seguidos de migrantes provenientes do Paraná, com percentual de 25%, e do Rio Grande de Sul, com 20%” (GRANDO, 2011, p. 113). De acordo com os dados levantados em 2016 (referente aos levantamentos desta pesquisa) na Comunidade Vila do Arvoredo, 30,23% informaram que vieram do próprio Estado, sendo que destes, 53,84% vieram da região Oeste catarinense, Ainda, 27,91% vieram do estado do Paraná, 25,58% do Rio Grande do Sul e o restante (16,28%), de outros Estados.

A renda das famílias na Comunidade Vila do Arvoredo, de acordo com pesquisas de 2005, era proveniente da reciclagem do lixo e de empregos informais (CHESINI, 2012), sendo que o principal local de coleta do lixo ocorre no próprio bairro dos Ingleses (REIF, 2005). Ainda, de acordo com as pesquisas de Reif (2005), os catadores entrevistados na época informaram que realizam este trabalho devido à dificuldade de acesso a outros empregos, devido principalmente à falta de escolaridade. Os dados levantados por Chesini (2012) mostram que 82% das famílias viviam, em 2005, com até três salários mínimos⁷, ou seja R\$ 900,00. Ainda, 14% viviam com menos de um salário mínimo vigente. Neste contexto, verifica-se a dificuldade das famílias de acessarem moradias com melhores condições e fora da área de APP⁸ e de riscos.

⁷ Considerando que os dados do salário mínimo foram divulgados pelo Relatório Socioeconômico da Prefeitura de Florianópolis em 2005 e sendo assim, o salário mínimo vigente era de R\$ 300,00.

⁸ Área de Preservação Permanente de acordo com Código Florestal Lei Nº. 12.651/2012 Art. 2º §II área protegida, coberta

⁶ Dados extraídos do relatório de Habitação Social (2005).

Conforme Chesini (2012, p.45) “especificamente a Vila do Arvoredo, encontra-se em situação de fragilidade, pois atrelada ao crescimento desordenado, influenciado especialmente pelo movimento migratório, apresenta sérios danos ao seu meio ambiente” e também ao bem-estar das famílias que lá residem, em meio das dunas ativas. Não é possível falar da Comunidade sem falar dos dispostos no Código Florestal sobre Área de Preservação Permanente (APP): “para que sejam afastados os riscos socioambientais que possam levar a tragédias humanas e ambientais, deve-se associar a recuperação do déficit de APPs com retirada das populações de áreas de risco – propiciando-lhe condições dignas de moradia” (SILVA & BORGES, 2012, p. 2019), ou seja, é preciso conciliar os dispostos do Código Florestal com o direito à Moradia. Uma desocupação forçada e demolição das casas requer que o Estado [no caso da Comunidade Vila do Arvoredo, a Prefeitura] tenha disponível uma alternativa de moradia⁹ à todas as famílias.

Tratando especificamente das famílias, a sessão seguinte do trabalho se preocupa em perfazer uma análise mais detalhada sobre estas, contribuindo [e atualizando] com dados para análises e subsídio a discussões.

3.3 Análise de resultados do nosso estudo Socioespacial

Com base na amostra pesquisada em 2016, verificou-se que, quanto à naturalidade dos respondentes, 30% deles migraram para a

ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

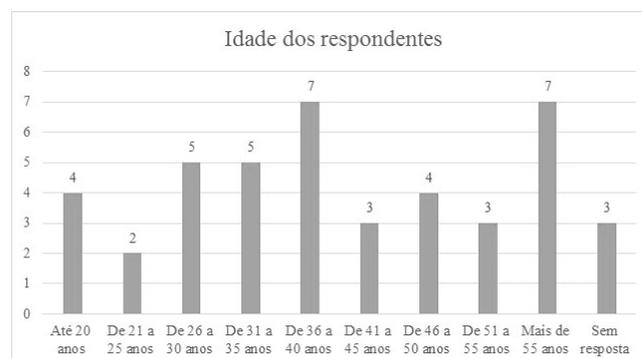
⁹ De acordo com o Projeto de Trabalho Social, elaborado pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (2014), existe uma intervenção programada para a comunidade que “prevê o reassentamento das famílias em outra área, com a produção de novas moradias e a implantação de todo um complexo processo de urbanização”. No projeto destaca-se que a área total disponibilizada pela Prefeitura para o assentamento das famílias perfaz 8.063,03m². Porém, o projeto prevê o assentamento em duas fases: na primeira serão assentadas 96 famílias e na segunda 89 famílias. O custo total do projeto da primeira fase está orçado em R\$ 9.039.384,99. As famílias assentadas deverão pagar pela nova moradia através do Sistema de Financiamento Habitacional do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Comunidade vindos de Santa Catarina. Destes, aproximadamente 54% são naturais da região Oeste catarinense, evidenciando o que Alves e Mattei (2006) elencaram em seu texto sobre o processo migratório do Oeste catarinense. Ainda, do total pesquisado, 27,91% são migrantes do estado do Paraná, 25,58% do estado do Rio Grande do Sul e 16,28% de outros estados brasileiros. O que chama atenção é que dos outros estados brasileiros, 85,71% são migrantes que vieram de estados da região Nordeste brasileira, sobretudo, da Bahia.

Quando questionados sobre os motivos da saída da cidade natal, 48,84% dos respondentes alegaram motivo de trabalho, seguido por qualidade de vida, 18,60%. Destaca-se ainda, que do total de 43 respondentes, 9,30% deles disseram que o motivo para saída do município natal se deu pelo conjunto de fatores trabalho e qualidade de vida, assim como, 6,98% disseram ser renda e trabalho. Em 49% dos casos, os respondentes disseram que não moraram em outras cidades antes de se instalarem na Comunidade. Já, 44% deles disseram o contrário e 7% não responderam à pergunta.

Do total de respondentes, 67% são do sexo feminino e 33% masculino. A faixa etária é apresentada da seguinte forma (Gráfico 2):

Gráfico 2: Idade dos respondentes da Comunidade Vila do Arvoredo.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

Chama a atenção que 9,30% dos respondentes possuem idades até 20 anos. Com base na pergunta: “quantas pessoas moram na sua casa”, constata-se que são aproximadamente 151 moradores que compõem as famílias pesquisadas.

Desta forma, de acordo com uma média ponderada, verifica-se que são aproximadamente 3,51 habitantes por residência. Considerando os dados da Secretaria de Habitação, são 198 famílias no total, logo, estima-se que havia em torno de 695 habitantes em toda a Comunidade Vila do Arvoredo no período da pesquisa.

Da amostra pesquisada, 98% disse possuir filhos, sendo que 14% respondeu que possui mais de quatro filhos, o que implica, para os padrões de moradia [tamanho] na qualidade de vida destas famílias. Em 26% há apenas um filho, em 9% dois, 23% com três e 16% com quatro filhos. Quando perguntados sobre o tempo de residência na Comunidade se verifica o seguinte resultado (Gráfico 3):

Gráfico 3: Tempo de residência na Comunidade Vila do Arvoredo.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

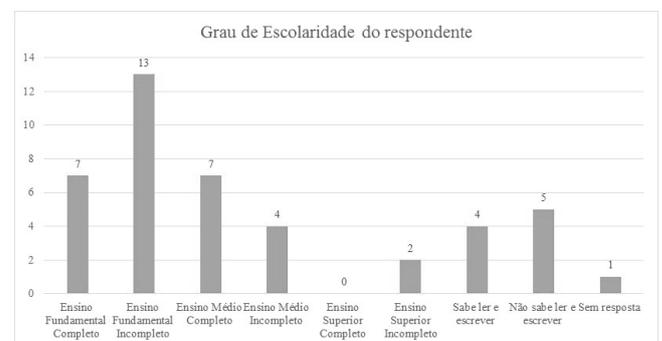
Portanto, pode-se dizer que do total de respondentes, 34,88% moram há mais de 20 anos no local. Porém, o que mais chamou a atenção nos dados e que deve ser levado em consideração em análises por parte do poder público, é que 25,58% dos respondentes estão na Comunidade por um período de até 5 anos, o que indica um crescimento da ocupação na referida área de APP em um período mais recente, demonstrado no Mapa 1 – Evolução da Comunidade Vila do Arvoredo. Isso indica uma relativa [senão total] ausência do poder público na mediação das questões ambientais, sociais e econômicas na Comunidade.

Salienta-se que dos respondentes que disseram estar por um período de até 5 anos na Comunidade, 36% são de naturalidade nordestina,

27% são paraenses, 18% são rio-grandenses e 18% são catarinenses. Desta forma, de acordo com os dados amostrais, a origem da ocupação mais recente é interestadual. Ainda, com relação àqueles que disseram estar por um período de até 5 anos, apresentam uma média ponderada de 3 habitantes por residência. A faixa etária deles mostra que todos possuem idades inferiores a 51 anos e 18,19% possuem até 20 anos de idade.

Analisando ainda o grau de escolaridade dos respondentes, verificou-se que 30,24% deles possuem o Ensino Fundamental Incompleto e 11,63% não sabem ler e escrever.

Gráfico 4: Grau de escolaridade dos respondentes da Comunidade Vila do Arvoredo.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

Com Ensino Médio Completo e Fundamental Completo apresentam apenas 16,28% do total dos habitantes pesquisados. Verificou-se que 4,65% dos respondentes possuem Ensino Superior incompleto.

Quando perguntados sobre a moradia, 98% informaram que a casa é própria, sendo que em 74,42% das casas a predominância em seu material de construção é madeira e os demais (25,48%) responderam ser alvenaria, conforme também constatado em visita de campo na comunidade e registrado em fotografia (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2: Residências da Comunidade Vila do Arvoredo – 25 de ago. 2016.



Fonte: os autores.

Os dados sobre o tipo de material das residências é um aspecto importante de análise, sobretudo, no que tange, não só a conforto, mas também à segurança, ou seja, riscos a que as famílias estão expostas. Por exemplo, durante visita de campo na Comunidade, em 25 de agosto de 2016, se presenciou um incêndio em uma das casas, ficando a mesma completamente destruída. Os bombeiros foram acionados, mas como o acesso ao local e a localização da casa em questão [nas dunas] era difícil, a mesma ficou completamente destruída (Figura 3).

Figura 3: Incêndio de residência na Comunidade Vila do Arvoredo – 25 de ago. de 2016.



Fonte: os autores.

Quanto aos dados sanitários, em 91% da amostra, os respondentes relataram que só possuem fossa em suas residências, não existindo qualquer outro esgotamento sanitário. E isto se comprova ao se caminhar entre as casas, onde o esgoto, em muitos casos é exposto e corre a céu aberto, permitindo assim, transmissão de diversas doenças (Figura 4).

Figura 4: Esgoto a céu aberto na Comunidade Vila do Arvoredo – 25 de ago. 2016.



Fonte: os autores.

De acordo com os moradores, a permanência nestas condições é devido à falta de trabalho e renda. Efetivamente, quando questionados sobre sua situação profissional e como se pode observar no quadro I, a maioria acaba declarando ocupações profissionais, normalmente equivalentes a salários mínimos ou pouco mais (como dados mais adiante referidos ilustram). Verifica-se que a predominância das profissões desenvolvidas pela população está compreendida na construção civil: pedreiro / servente de pedreiro / pintor / marceneiro / vidraceiro / gesso / carpinteiro / jardineiro. Tal setor profissional está, ainda, sistematicamente afetado pela maior ou menor atividade do setor e, como tal, atingimento por possíveis vagas de desemprego. Ainda, se nota que há a presença das profissões como: lavadeiras, faxineiras, diaristas, camareiras, etc., ou seja, profissões com algum grau de instabilidade, muitas relacionadas com atividade turística de caráter sazonal. Cerca de 14% (13,95%) atua como doméstica (“do lar”) e 20,93% deles estão desempregados, o que por sua vez, implica [ou pode implicar] na sua saída da Comunidade.

Quadro 1: Ocupação profissional dos respondentes na Comunidade Vila do Arvoredo.

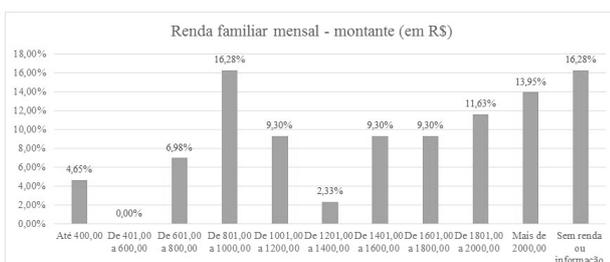
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL	
PEDREIRO / SERV. DE PEDREIRO / PINTOR / MARCENEIRO / VIDRACEIRO / GESSEIRO / CARPINTEIRO / JARDINEIRO	11,63%
DIARISTA/ CAMAREIRA/EMPREGADA DOMÉSTICA / FAXINEIRA / LAVADEIRA	9,30%
COZINHEIRA / AUX. DE COZINHA / MERENDEIRA / COPEIRA	9,30%
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6,98%
GARÇON/BARMAN	2,33%
PROMOTOR/CONSULTOR/VENDERORA/COMERCIANTE/ VENDEDOR	2,33%
AMBULANTE/ BALCONISTA / OPERADORA DE CAIXA	2,33%
CATADOR / RECICLADOR	2,33%
MOTOBOY / MOTORISTA	2,33%
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2,33%
DESEMPREGADO	20,93%
APOSENTADO (A)	6,98%
AUTÔNOMO (A)	4,65%
DO LAR	13,95%
CABELEIREIRA (O)	2,33%
SEM RESPOSTA	2,33%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

O relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (2014) expõe que “existe um número bem significativo de catadores de materiais recicláveis, que contribuem com o meio ambiente e sobrevivem desta atividade informal, vendendo seus recicláveis para os Galpões locais ou para compradores de fora”. Porém, na amostra da presente pesquisa, apenas 2,33% deles disseram atuar como catadores.

Daqueles que estão empregados, a faixa de renda está compreendida entre R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00 (25,58%) e, como já se espera, 20,93% estão sem renda devido ao fato de também estarem sem emprego. Para 30% dos respondentes a renda mensal é inferior a um salário mínimo e 9,30% possuem renda máxima de R\$ 400,00. Quando questionados sobre a renda familiar (montante), obteve-se o seguinte panorama (Gráfico 5):

Gráfico 5: Renda familiar mensal – montante na Comunidade Vila do Arvoredo.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

Assim, quando observada a renda familiar mensal (montante), nota-se que a predominância está

na mesma faixa de renda dos próprios respondentes: de R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00. Ainda, verifica-se que para 13,95% das famílias a renda mensal é superior a R\$ 2.000,00. Por outro lado, 16,28% das famílias estão sem renda ou não informaram. Atenta-se também para o fato de que 4,65% destas possuem uma renda mensal de até R\$ 400,00, ou seja, menos da metade de um salário mínimo bruto vigente¹⁰. Em quase 50% das famílias questionadas (48,84%) a renda mensal é inferior a dois salários mínimos.

Com o intuito de verificar de forma mais detalhada os gastos das famílias, se questionou sobre alguns deles, cujas respostas foram resumidas no Quadro 2 a seguir. Destaca-se que para respostas referentes aos gastos com água e energia elétrica, a maior parte informou não possuir, pois a ligação é clandestina¹¹.

Quadro 2: Gastos das famílias na Comunidade Vila do Arvoredo.

Grupo de gastos - mensais	Predominância de respostas (em RS)	Observações
Gasto com mercado - alimentação	Mais de 399,00	Muitos dos respondentes informaram no momento da pesquisa que os gastos com alimentação são superiores a R\$ 700,00 mensais.
Gasto com água	Não tem gasto pois, ligação é clandestina	Mesmo a predominância (90,70%) e não possuir este tipo de gasto pela ligação ser clandestina, 9,30% dos respondentes informaram que possuem gastos mensais com água.
Gasto com energia	Não tem gasto pois, ligação é clandestina	Mesmo a predominância (93,02%) e não possuir este tipo de gasto pela ligação ser clandestina, 6,98% dos respondentes informaram que possuem gastos mensais com energia.
Gasto com telefonia celular (incluindo pacote de internet)	Até 39,99	Sabenta-se que ainda em 13,95% das famílias há gastos com telefonia no valor mensal de R\$ 40,00 a 49,99. Em 9,30% o valor é de R\$ 50,00 a 59,99, em 13,95% os gastos são superiores a R\$ 69,99 mensal. Já em 11,63% das famílias, não há telefonia celular.
Gasto com medicamentos	Mais de 69,99	Ainda, 27,91% informaram que não possuem gastos com medicamentos devido o fato de receberem do posto de saúde. E 13,95% não fazem uso de medicamento, portanto, não possuem gastos.
Gasto com escola, cursos de espec., etc.	Usa a pública / não faz nenhuma atividade de ensino	Em 6,98% das famílias os gastos com escola, cursos de espec., etc. são de R\$ 151,00 a 200,00 e em 4,65% são mais de R\$ 250,00. Com relação aos gastos com gás, as famílias informaram que possuem em média o valor de R\$ 65,00. Demais gastos não se obteve valores.
Outro gasto regular	Gás / Passagem de ônibus / Pensão / Roupas	

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados dos questionários respondidos para a pesquisa.

Desta forma, verifica-se que a maior parte das respostas para os gastos fixos com água e energia elétrica é de que não os possuem, pois a ligação é clandestina. Também se perguntou se as famílias possuem sinal de TV paga, e como respostas, 67,44% disseram que não possuem e 32,56%

¹⁰ Salário mínimo bruto vigente em outubro de 2016 é de R\$ 880,00.

¹¹ Como trata-se de uma ocupação irregular em área de APP, os serviços de fornecimento de água e energia elétrica não são realizados pelas companhias.

informaram que sim. Dos que disseram que possuem sinal de TV paga, 64,29% deles pagam de R\$ 60,00 a R\$ 92,00 e 7,14% (um deles) paga o valor de R\$ 249,00. Ainda, 28,57% disseram possuir ligação clandestina de TV a cabo e, sendo assim, não possuem gastos. Quando verificado em campo a forma como as famílias vivem, em condições de precariedade em termos de moradia, renda e questões sanitárias, buscou-se junto ao poder público resposta a estas questões, além claro, de verificar qual a sua atuação se tratando de uma área de APP. Como resposta, verifica-se que há um projeto de reassentamento das famílias da Comunidade do Arvoredo, em que o

[...] terreno de implantação do projeto urbanístico e habitacional Recanto dos Ingleses está sendo adquirido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis por meio de desapropriação amigável. A área tem 8.063,00m² está localizado na Servidão Três Marias, no bairro Ingleses, na parte insular da cidade de Florianópolis. As coordenadas geográficas são 27°26'25" de latitude sul e 48°24'58" de longitude oeste. A área do projeto está inserida na sub-bacia hidrográfica do Rio Capivari (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL, 2014).

Para tanto, é preciso atentar aos critérios utilizados pelo Governo Federal para os financiamentos habitacionais pelo Programa "Minha Casa Minha Vida". Com base nestas informações, e correlacionando com os dados da renda familiar mensal obtidas nesta pesquisa, e considerando um processo de reassentamento das famílias e o fato de que as habitações deverão ser pagas pelas famílias¹², muitos terão dificuldades de arcar com as despesas deste financiamento, mesmo que subsidiados pelo Governo.

Verifica-se também que há uma contradição entre a expectativa da vinda das famílias para Florianópolis em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida com o que de fato ocorre. Segundo dados de 2005 do Relatório Socioeconômico da Prefeitura de Florianópolis (CHESINI, 2012), 71% das famílias da Comunidade

¹² Existe período de carência previsto para o início destes pagamentos.

da Vila do Arvoredo relatam que a principal dificuldade encontrada é o desemprego. Na pesquisa de 2016, verifica-se que a questão do desemprego ainda está presente, assim como o baixo nível de escolaridade. Sobre a renda familiar conclui-se que muitas famílias, devido ao desemprego, estão sem renda. Aquelas em que há renda, a faixa predominante da amostra analisada está compreendida de R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00, ou seja, menos de dois salários mínimos vigentes.

Ainda, se perguntou sobre a existência de empréstimo e/ou financiamento e como resultado, 16,28% alegaram possuir empréstimo e/ou financiamento. Destes, 85,71% constituem-se em empréstimo pessoal¹³ e 14,28% de veículo/casa. Complementando as análises sobre o perfil, a pesquisa ainda revelou que 46,51% dos respondentes acreditam que sua moradia não gera prejuízo ambiental. O mesmo percentual de respondentes, por outro lado, disse que acredita que sua moradia, em área de APP – dunas – gera prejuízo ambiental, tais como: esgotos, lixo, impacto nas nascentes, no lençol freático e na poluição do ambiente como um todo.

Visando entender melhor o contexto de vida destas famílias, demais análises foram realizadas a partir dos dados amostrais coletados. Para 74,42% dos respondentes não existe conflito por espaço físico na Comunidade. Já 23,26% deles informaram existir conflito por espaço físico, sobretudo por terreno e moradia. Quando questionados sobre os limites físicos de seus terrenos, 69,77% da amostra disse ter cerca ou limites que dividem seu terreno com os demais, sendo estas, principalmente, de tela e madeira, conforme também evidenciado em visita de campo no dia 25 de agosto de 2016.

¹³ Como valor das parcelas destes empréstimos pessoais se tem uma amplitude de R\$ 70,00 a 300,00. Já para o financiamento de veículo/casa a amplitude dos valores pagos nas parcelas mensais é de R\$ 750,00 a R\$ 900,00.

Figuras 6 e 7: Cercas das Residências Comunidade da Vila do Arvoredo – 25 de ago. 2016.



Fonte: os autores.

Em 60,47% nos limites do cercado (terreno) existe apenas uma casa e em 27,91% há duas, sendo estas, predominantemente de familiares. Do total da amostra, 67,44% disse utilizar áreas de lazer do próprio bairro dos Ingleses, tais como, praças e praia, o que implica pensar no direito à cidade descrito por Lefebvre (2001 [1991]).

Diante deste contexto e já situados no processo histórico de sua constituição, se pode trazer novamente os relatos de Martine e McGranahan (2010, p. 22-23) quando falam que “a urbanização e o crescimento acelerado podem ser vistos como os processos de maior influência na determinação das condições econômicas, sociais e ambientais dos países em desenvolvimento no século 21”. É preciso que os gestores públicos considerem a situação dada e busquem soluções, juntamente com o planejamento [sendo este entendido como a melhor forma de ocupar um sítio de uma região ou lugar], que culmine em uma integração, sobretudo de questões sociais, econômicas e ambientais.

4 Considerações finais

Como já mencionado, analisar a formação [por exemplo, de uma rede urbana] “estamos sucessivamente realizando nossas análises de maneira a vincular à história, a economia e a geografia, para interpretar uma dada realidade (BASTOS; CASARIL, 2016, p. 292). Neste sentido, ao analisar o processo histórico de constituição da Comunidade do Arvoredo, não se pode deixar de perfazer correlação com o modo de produção e reprodução capitalista e como o processo de urbanização da cidade de Florianópolis ocasionou a

ocupação de uma Área de Preservação Permanente. Cabe frisar que “é muito importante prever o orientar a expansão espacial da cidade, de modo a reduzir a depredação do capital ambiental, evitar desastres naturais e garantir qualidade de vida da população” e assim, “é essencial prever as necessidades de solo e moradia para a população de baixa renda” (MARTINE & McGRANAHAN, 2010, p. 23).

Em meio a esta conjuntura de expansão urbana, crescimento do setor de construção civil e de serviços, do PIB de Florianópolis, a Comunidade Vila do Arvoredo, popularmente conhecida como Favela do Siri, teve sua origem na década de 1980, “quando aproximadamente 30 famílias se instalaram entre as dunas” (CHESINI, 2012, p. 17-18) em Ingleses. A comunidade, em seu processo de desenvolvimento, tem apresentado modificações territoriais, não apenas em suas estruturas social, econômica, mas também em seus aspectos físicos, conforme o mapa 1 ilustra.

A análise dos dados referentes à composição familiar segundo o número de seus membros mostra que a maior para das famílias residentes na Comunidade Vila do Arvoredo é constituída por um número médio de até quatro pessoas. As questões de saneamento básico são precárias. Nota-se que o perfil das famílias é muito parecido como perfil das famílias do Morro do Maciço (da área central da cidade de Florianópolis), evidenciado nas pesquisas de Pimenta e Pimenta (2004). Também, muito parecido o fluxo migratório, evidenciando-se para a Comunidade do Arvoredo uma ocupação recente com migração interestadual.

Talvez a maior relevância deste trabalho foi verificar que o processo de ocupação da APP continua em andamento, com a vinda recente de novos moradores. Do total da amostra, 25,43% disseram estar na Comunidade por um período de até 5 anos. Destes, 36,36% são de naturalidade nordestina, 27,27% são paranaenses, 18,19% são rio-grandenses e 18,19% são catarinenses. Assim, verifica-se que a origem da ocupação mais recente é interestadual.

Pensando no que Lefebvre (2001 [1991]) coloca sobre o direito à cidade, entende-la sob o

aspecto espaço-temporal, a partir de sua formação sócio-espacial (SANTOS, 1977), onde o processo de construção da sociedade urbana perpassa pelo olhar de um novo humanismo, “na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001 [1991], p. 108), que por sua vez, precisa participar, viver a cidade, pergunta-se: será que os moradores da Comunidade Vila do Arvoredo enquadram-se nesta perspectiva? Como resposta, com certeza, não.

Para Martine e McGranahan (2010, p. 22) “muitos dos problemas ambientais enfrentados pelas cidades brasileiras são intimamente ligados com questões sociais e os dois têm suas origens na falta de uma postura proativa da sociedade brasileira e do poder público com relação ao crescimento urbano”. Neste caso de estudo verificou-se uma imbricação entre questões históricas de formação das sociedades e questões ambientais e parece que por mais que as famílias reconheçam que estão causando algum dano ambiental pelo fato de estarem instaladas em APP, não encontram outra solução (pois a falta de renda e trabalho não permitem, em muitos casos) para sua saída a não ser esperar pelo poder público.

O presente trabalho não teve como intuito fazer qualquer julgamento de valor sobre as ações das famílias, apenas centrou-se na análise socioespacial correlacionando com algumas outras variáveis e pesquisas e/ou relatórios já realizadas na mesma Comunidade, possibilitando o uso destes dados por quem possa interessar, sobretudo o poder público para o planejamento territorial, como sendo “o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço, presentes e futuros” (BRASIL, Ministério das Cidades, 2005, p. 14).

Retomando o que fora apresentado na introdução, sobre o que diz Raffestin (2010) em que os mecanismos para a produção dos territórios são: ator; trabalho; mediadores, materiais, cabe aqui destacar que o processo de Formação Sócio-Espacial da Comunidade analisada tem se apresentado

conflituoso em diferentes contextos: social, ambiental, econômico. Desta forma, para que soluções sejam encontradas se faz necessária uma ação conjunta com o poder público, sobretudo no que tange a melhoria na condição da qualidade de vida aos moradores da Comunidade, contribuindo assim com as questões sociais, e os moradores no que tange ao esforço à saída da APP, contribuindo, de forma positiva, com questões ambientais, porém, se sabe que as questões são complexas. E assim, os impasses precisam ser resolvidos, através da integração de instrumentos, pela e para a redução da degradação ambiental, bem como visando atender as questões sociais e econômicas.

5 Referências

- ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. Migrações no Oeste catarinense: história e elementos explicativos. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.
- BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 4 ed. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2012.
- BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In LINS H.; MESSIAS, J. M.; CHEREM, R.; SANTOS, M. A. (Orgs). Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BASTOS, J. M.; CASARIL, C. C. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, set. 2016. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2016v31n62p271/32607>>. Acesso em: 30 maio 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2016v31n62p271>.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. Fundamentos de política e Gestão Ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil, In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA. Minha Casa – Minha Vida. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2016. Disponível em:

- <www.cef.com.br>. Acesso: 27 de agosto de 2016.
- CASAGRANDE, W.A. Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis, relatório de pesquisa – Síntese Regional. Florianópolis: Epagri - Cepa, 2006.
- CHESINI, T. S. A Vila do Arvoredo: a persistente luta pela moradia. 2012. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Santa Catarina em dados. Florianópolis: FIESC, v 22, p. 1-152, 2012.
- FLORIANÓPOLIS (Secretaria Municipal de Habitação). Entrevista com Rita Dutra, setembro de 2016.
- GRANDO, S. E. A territorialização em saúde como instrumento para a vigilância em saúde na Comunidade Vila do Arvoredo – Ingleses. Dissertação de mestrado – MPPT/FAED/UDESC. Florianópolis, 2011.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 27 de agosto de 2016.
- IPEADATA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Temas – População. Disponível em:< <http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em 27 de agosto de 2016.
- IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em:< <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>> Acesso em 27 de agosto de 2016.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001 [1991].
- _____. The production of space. Oxford (UK): Blackwell Publishing, 1991 [1974].
- MIOTO, B. T.; LINS, H. N.; MATTEI, L. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI. MATTEI, Lauro, LINS, Hoyedo Nunes. A socioeconomia catarinense no início do século XXI. Chapecó: Argus, 2010, p. 383-323.
- NOGUEIRA, J. e PEREIRA, R. Critérios e Análise Econômicos na Escolha de Políticas Ambientais, 1999. Disponível em:< www.ceemaunb.com/jmn/publicacoes/04Criteri oseAnalise.pdf>. Acesso em 06 de set. de 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Vila do Arvoredo. Relatório Sócio-Econômico. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. SMHSA. Julho, 2005.
- MAMIGONIAN, A. Habitat rural açoriano. In: SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Atlas geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: DEGC/SC, 1958.
- MARTINE, G. e McGRANAHAN. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana. População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de Populações-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.
- PIMENTA, L.F. e PIMENTA, M.C.A. Final do Século e Novos Espaços da Pobreza. Os Morros de Florianópolis. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIV, Caxambu. Anais... Campinas: ABEP, 2004.
- RANGEL, I. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.
- _____. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.R.; COSTA, B.P. da.; SOUZA, E.B.C. de. (Orgs). Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- REIF, L. Projeto de galpão de triagem de resíduos sólidos urbanos recicláveis para a associação de catadores da Vila do Arvoredo em Florianópolis (SC) como política ambiental e de inclusão social. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- ROSSETTO, A. M., ROSSETTO, C. Ri., BECK, L. C., FERREIRA, E. (2008). Avaliação integrada de indicadores socioambientais em municípios catarinenses. Revista De Administração FACES Journal, 7(3), Revista de Administração FACES Journal, 01 September 2008, Vol.7(3).
- SANTOS, F.M dos & PEREIRA, R.M.F.A. Análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis-SC. Geosul, v. 23, n. 46, jul./dez. 2008.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977. SANTOS, M. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997 [1996].

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular 2007.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

SILVA, M. da. A experiência do programa habitar brasil bid – região Chico Mendes: uma análise da participação social. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL. (2014). Projeto de Trabalho Social. Florianópolis, outubro de 2016.

SILVA, S. & BORGES, F. Aplicação do Código Florestal: Áreas de Preservação e Risco. In: LEITE, J. R. M. (Coordenador), FERREIRA, Helini Sivini, FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti (Orgs.). Dano Ambiental na Sociedade de Risco. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 213-245.

SOUZA E SILVA, J. et al. (Org.). O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.